ISSN 0102-9924

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRGS

Análise Econômica

DE BRETTON WOODS A LA GLOBALIZACIÓN FINANCIERA: NUEVAS REGLAS DE JUEGO
SARY LEVY CARCIENTE

FINANCIAL LIBERALISATION, CREDIT RATIONING AND SLOW GROWTH IN MEXICO: TESTING THE MCKINNON-SHAW HYPOTHESIS
IGNACIO PERROTINI HERNÁNDEZ

CICLOS E PREVISÃO CÍCLICA: O DEBATE TEÓRICO E UM MODELO DE INDICADORES ANTECEDENTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
FERNANDO J. CARDIM DE CARVALHO E PAULO FERNANDO HERMANNY

INVESTIMENTO PÚBLICO FIXO, UM ELEMENTO CATALISADOR DE DESENVOLVIMENTO INERENTE À ECONOMIA REGIONAL
ROGÉRIO MARTIN BENITEZ

A ECONOMIA POLÍTICA DAS REFORMAS ECONÔMICAS DA PRIMEIRA DÉCADA REPUBLICANA
LUIZ CARLOS DELORME PRADO

POLÍTICAS NÃO-MONETÁRIAS DE CONTROLE DA INFLAÇÃO: UMA PROPOSTA PÓS-KEYNESIANA
JOÃO SICSÚ

COMPORTAMENTO DOS BANCOS, PERCEPÇÃO DE RISCO E MARGEM DE SEGURANÇA NO CICLO MINSKIANO
LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA E ANTONIO JOSÉ ALVES JÚNIOR

UMA AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA ENTRADA DE BANCOS ESTRANGEIROS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO
MARCOS ROBERTO VASCONCELOS E JOSÉ RICARDO FUCIDJI

NECESSIDADES E OS CONDICIONANTES DA SEGUNDA OCUPAÇÃO
WILSON F. MENEZES E JOSÉ CARRERA-FERNANDEZ

CADEIAS PRODUTIVAS, CADEIAS DO CONHECIMENTO E DEMANDAS TECNOLÓGICAS NO NORDESTE: ANÁLISE DE POTENCIALIDADES E DE ESTRANGULAMENTOS
ABRAHAM B. SICSÚ E JOÃO POLICARPO R. LIMA

FATORES INDUTORES E BARREIRAS PARA O COMÉRCIO DE GÁS NATURAL NO CONE SUL
EDMAR LUIZ FAGUNDES DE ALMEIDA

ANO 21
Nº 39
Março, 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitora: Profª. Wrana Maria Panizzi

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretora: Prof. Pedro César Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Gentil Corazza

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Prof. Ricardo Dathein

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Eduardo Pontual Ribeiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
Coordenador: Prof. Jalcione Almeida

CONSELHO EDITORIAL:
Carlos G. A. Mielitz Netto (UFRGS), Eduardo A. Maldonado Filho (UFRGS), Eduardo P. Ribeiro (UFRGS), Eleutério F. S. Prado (USP), Eugênio Lagemann (UFRGS), Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ), Fernando Ferrari Filho (UFRGS), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Flávio Vasconcellos Comim (UFRGS), Gentil Corazza (UFRGS), Giácomo Balbinotto Netto (UFRGS), Gustavo Franco (PUC/RJ), Jan A. Kregel (UNCTAD), João Rogério Sanson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Jorge Paulo Araújo (UFRGS), Juan H. Moldau (USP), Marcelo S. Portugal (UFRGS), Maria Alice Lahorgue (UFRGS), Paul Davidson (University of Tennessee), Paulo D. Waquil (UFRGS), Pedro C. D. Fonseca (UFRGS), Philip Arestis (Levy Economics Institut of Bard College), Roberto C. de Moraes (UFRGS), Ronald Otto Hillbrecht (UFRGS), Sabino da Silva Porto Jr. (UFRGS), Stefano Florissi (UFRGS) e Werner Baer (University of Illinois at Urbana-Champaign).

COMISSÃO EDITORIAL:
Eduardo Augusto Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Paulo Dabdab Waquil e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Prof. Fernando Ferrari Filho
EDITOR ADJUNTO: Prof. Gentil Corazza
SECRETÁRIA: Clarissa Roncato Baldim
REVISÃO DE TEXTOS: Vanete Ricacheski
EDITORAÇÃO ELETRÔNCA: Vanessa Hoffmann de Quadros
FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e recensões. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. FERNANDO FERRARI FILHO
Revista *Análise Econômica* – Av. João Pessoa, 52
CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL
Telefones: (051) 316-3513 – Fax: (051) 316-3990
E-mail: rae@ufrgs.br

Análise Econômica
Ano 21, nº 39, março, 2003 - Porto Alegre
Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2003
Periodicidade semestral, março e setembro.
Tiragem: 500 exemplares
1. Teoria Econômica - Desenvolvimento Regional - Economia Agrícola - Pesquisa Teórica e Aplicada Periódicos. I. Brasil.
Faculdade de Ciências Econômicas,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDD 330.05
CDU 33 (81) (05)

Uma Avaliação dos Efeitos da Entrada de Bancos Estrangeiros no Setor Bancário Brasileiro

Marcos Roberto Vasconcelos
*José Ricardo Fucidji**

Resumo: Desde meados dos anos 1990, o Brasil vem passando por um processo de consolidação e internacionalização do seu sistema bancário. Entre os vários efeitos desse processo, dois aspectos são aqui abordados, quais sejam, a evolução do crédito e os indicadores operacionais e de eficiência dos principais bancos públicos, privados nacionais e privados com controle estrangeiro. O objetivo é verificar duas hipóteses comumente apresentadas nas discussões sobre setor bancário dos países em desenvolvimento: (i) a de que o ingresso de bancos estrangeiros nesses países promoveria a expansão do crédito; e (ii) a de que tais bancos seriam mais eficientes que os congêneres domésticos. Mostra-se nesse trabalho que tais hipóteses parecem não ser referendadas pela experiência brasileira nos últimos sete anos.

Palavras-Chave: setor bancário; reestruturação; crédito; eficiência.

Abstract: Since mid-1990s, a process of consolidation and internationalization is under way in the Brasilian banking sector. Selected from several features of that process, two effects are approached here: (i) banking credit supply and (ii) operating and efficiency ratios for nineteen top bank groups - state-owned, private or foreign-owned firms. The purpose of this article is to verify two claimed hypotheses related to the academic debate on banking industry in developing countries: (i) the entry of foreign banks in these countries would promote an increase of global banking credit; and (ii) foreign banks are more efficient than domestic banks. This paper shows evidence that such hypotheses are not supported by the Brazilian experience over the last seven years.

Key Words: banking industry; restructuring; banking credit; efficiency.

JEL Code: G21, G34, L51, G14.

* Professores do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá. Os autores agradecem os comentários e sugestões de Fernando Nogueira da Costa (Unicamp), Fernando A. Rocha (Bacen), Fernando Ferrari Filho (UFRGS) Iftekhar Hasan (New Jersey Institute of Technology) e Adrian Tschoegl (University of Pennsylvania), isentando-os da responsabilidade por erros e imprecisões remanescentes.

1 Introdução

Em meados dos anos 1990, o sistema bancário brasileiro iniciou um ciclo de internacionalização e consolidação, o qual, embora ainda não tenha se encerrado, já merece uma avaliação de seus efeitos. Afinal, significativa parcela desse ciclo foi o resultado de esforços e medidas governamentais, embaladas em um discurso otimista de que a internacionalização e a consolidação do nosso sistema bancário promoveriam a ampliação da oferta de crédito – por conseguinte, taxas mais altas de crescimento econômico – graças à maior eficiência dos bancos estrangeiros ingressantes em comparação aos seus congêneres brasileiros.

Embora a hipótese de que a entrada de bancos estrangeiros aumenta a eficiência do sistema bancário tenha recebido respaldo de estudos internacionais (Claessens *et al.* (1998), Berger *et al.* (2000) e Guillén e Tschoegl (1999), entre outros), ela também tem sido desafiada nos últimos anos por estudos que mostram como os impactos da entrada de agentes estrangeiros em sistemas bancários domésticos dependem das condições do setor previamente à entrada – e da situação dos bancos adquiridos, no caso das aquisições e fusões. Goldberg *et al.* (2000) apontaram que a solidez financeira das instituições adquiridas e adquirentes tem mais importância na explicação do desempenho dos agentes que a origem do capital, no caso das reestruturações argentina e mexicana. Da mesma forma, Kumbhakar *et al.* (2001) indicam países (Noruega, Turquia, Coréia, Japão e Espanha) onde os impactos da reestruturação não estiveram relacionados à origem do capital, mas às condições setoriais e ao tipo de liberalização praticado. Enfim, a especificidade nacional é considerada relevante em estudos de caso para países tão distintos como Filipinas (Montinola e Moreno, 2001) e Canadá (Stanton, 2002).

Diante disso, emerge a indagação: a internacionalização e a consolidação do sistema bancário brasileiro geraram os resultados propalados pelo discurso oficial? Ou especificidades nacionais prevaleceram? Para tentar lançar luz sobre tais questões, este trabalho procura situar-se no debate a respeito da suposta superioridade da atuação de bancos estrangeiros, por comparação aos nacionais, em casos de liberalização do acesso ao mercado doméstico. São analisadas a evolução do crédito (dimensão macro) e dos indicadores operacionais e de eficiência dos principais bancos públicos, privados nacionais e privados com controle estrangeiro (dimensão micro). Na seção 2 discute-se

a evolução recente do crédito no Brasil; subseqüentemente são apresentados os indicadores operacionais e de eficiência dos 19 maiores conglomerados bancários atuantes no país. A seção 4 traz as considerações finais.

2 Expansão do volume global de crédito

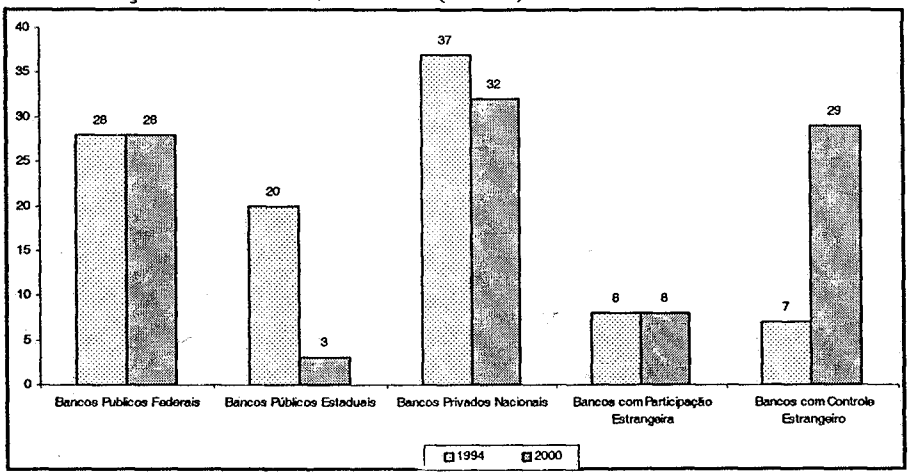
Uma das justificativas favoráveis ao ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi a de que esses seriam, em comparação com os bancos nacionais, mais propensos a realizar operações de crédito, pois teriam o acúmulo de experiência e técnicas nessa área em seus países de origem (Peek e Rosengreen, 2000). Em outros termos, os bancos estrangeiros pressionariam o sistema bancário em direção a níveis mais elevados de eficiência microeconômica e isso teria como corolário uma maior eficiência macroeconômica medida em termos de ampliação das operações de crédito. Portanto, existia a expectativa de que a migração para o Brasil de instituições bancárias originárias de economias com alta proporção de crédito em relação ao PIB trouxesse junto esse mesmo nível de crédito (Moura, 1998). Ademais, nos anos seguintes à implantação do Plano Real, e à conseqüente redução dos níveis de inflação da economia brasileira, vários autores vislumbravam como natural a expansão do crédito bancário ofertado no País (ver, entre outros, Barros e Almeida Junior (1997)). Infelizmente, esses prognósticos otimistas se mostram até o momento infundados.

De acordo com os gráficos 1 e 2, não se observa uma mudança significativa no quadro geral de crédito, embora a evolução, entre 1994 e 2000, da participação dos bancos estrangeiros no total das operações de crédito tenha se ampliado em 314% – principalmente avançando sobre a participação dos bancos e caixas estaduais (17 pontos percentuais) e, em menor monta, sobre a dos bancos privados nacionais (5 pontos percentuais). O crédito bancário (medido em valores reais de 1994) apresenta uma leve tendência de queda desde o segundo semestre de 1996, concomitante ao aumento da participação estrangeira no setor bancário brasileiro.

Por certo, o quadro de recorrentes choques externos e de alta fragilidade macroeconômica observado para o Brasil desde de 1995 tem contribuído para isso. As instituições bancárias atuantes no Brasil, estrangeiras ou nacionais, continuam a operar mais como administradores de fundos do que cumpridores da função de intermediários de cré-

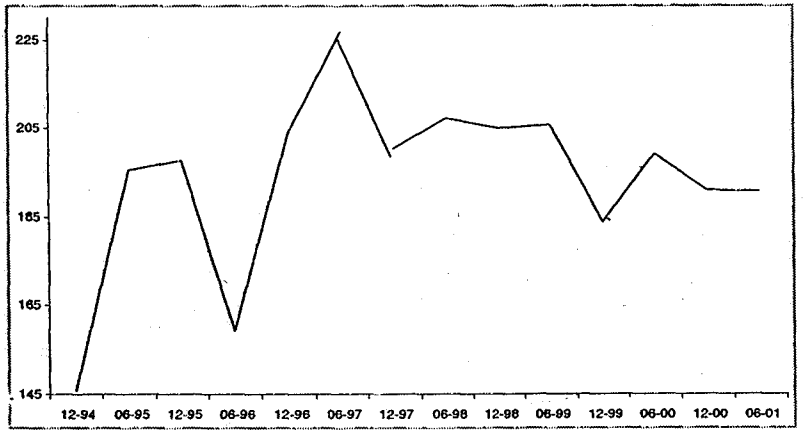
dito, adotando "uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e aversão ao risco" (Paula *et al.* 1999, p.1). O comportamento cauteloso das instituições bancárias, sejam nacionais ou estrangeiras, tem feito com que elas priorizem aplicações em títulos públicos federais (ativos de menor risco) frente àquelas que redundariam em operações de crédito para o setor privado, pois, embora, essas possam oferecer um maior retorno *ex ante,* carregam também maior grau de risco de crédito, especialmente em um ambiente de maior instabilidade macroeconômica.

Gráfico 1: Alterações da Participação no Mercado de Crédito por Tipo de Instituição entre 1994 e 2000 (em %)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

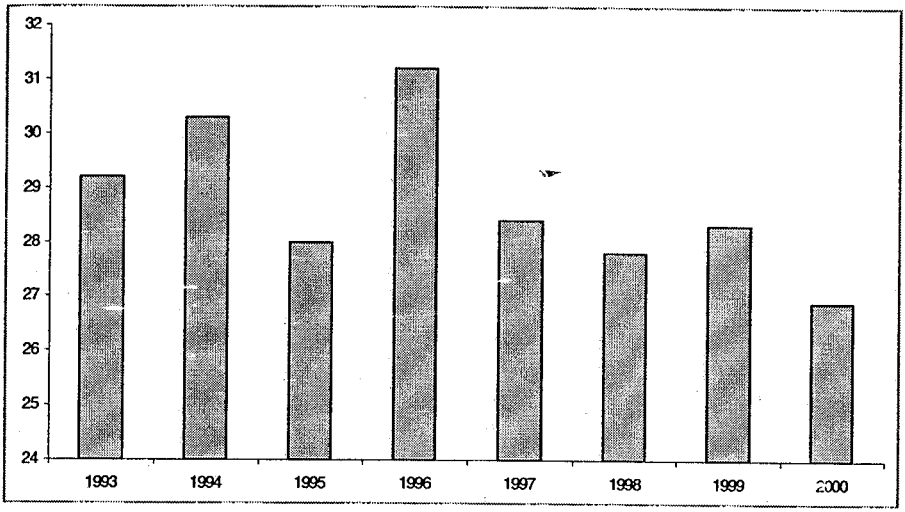
Gráfico 2: Evolução do Crédito Bancário (dezembro de 1994 a junho de 2001) (em bilhões de reais constantes de 1994)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

A participação do crédito bancário em relação ao produto interno bruto brasileiro reduziu-se em 2,3 pontos percentuais entre 1993 e 2000 (gráfico 3). Na média, o estoque de crédito do setor bancário corresponde a 30% do PIB brasileiro, proporção abaixo da observada em outros países. Dados do J. P. Morgan mostram que essa participação é de 160% nos Estados Unidos, 143% no Japão e 130% nos países membros da União Européia. Mesmo em comparação ao restante da América Latina, com 39%, o índice brasileiro ainda é muito baixo. No Chile, por exemplo, o estoque de crédito equivale a 60% do PIB.

Gráfico 3: Evolução da Relação Crédito/PIB de 1993 a 2000 (em %)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

Diante da baixa relação crédito bancário-PIB, e como a oferta de crédito no Brasil ainda é majoritariamente realizada por instituições bancárias[1], desde 1997 o Banco Central faz um "esforço normativo" com o intuito de aumentar a oferta de crédito bancário na economia. Entre as medidas, duas ganham destaque. A primeira foi a constituição do Sistema Central de Risco de Crédito, em maio de 1997, com o qual se estabeleceu um cadastro único de todos os agentes econômicos (pessoas físicas e jurídicas) que possuem dívidas superiores a R$ 50 mil junto a alguma instituição bancária. Com isso, pretendeu-se diminuir as potenciais assimetrias de informação existentes entre credores e deve-

[1] Segundo Soares (2001, p.15), os créditos dos bancos, no período de 1989 a 1999, representavam aproximadamente 92% dos créditos do sistema financeiro.

dores. A segunda veio com a Resolução 2.493, de maio de 1998, a qual permitiu que os bancos vendessem parte ou toda sua carteira de crédito para as denominadas Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros, que estão, por sua vez, autorizadas a securitizar os contratos de crédito, ou seja, transformá-los em títulos negociáveis (Puga, 1999, p.13-14). Alterações nas normas de provisão para créditos não recebidos, diminuição dos compulsórios sobre depósitos e medidas para facilitar as operações dos tomadores de crédito foram outras providências tomadas após a crise cambial brasileira no começo de 1999 (*Gazeta Mercantil*, 1999a; 1999b). Ressalte-se ainda que os bancos, tanto públicos quanto privados, implementaram sistemas de gerenciamento de crédito mais eficientes, o que conduziu a uma queda nas taxas de inadimplência, bem como a uma menor exposição às mesmas (Cerqueira, 1998, p.45). Para acelerar esse processo, "em dezembro de 1998, a Resolução 2.554 estabeleceu que as instituições financeiras devem apresentar ao Banco Central um programa para a implantação de sistemas de controles internos, em concordância com o Comitê da Basiléia" (Puga, 1999, p.14).

Enfim, embora ao longo dos últimos sete anos os bancos estrangeiros tenham ampliado sua participação nas operações de crédito do sistema financeiro nacional, isso não se traduziu em uma significativa expansão global da oferta de crédito bancário. Afinal, os bancos estrangeiros buscam aproveitar as melhores oportunidades de valorização de seus recursos, ponderado pelo risco que tais oportunidades embutem, e, assim, tal qual os bancos privados nacionais, vêm priorizando as aplicações de tesouraria, em especial comprando títulos públicos, para se aproveitarem das altas taxas de juros vigentes na economia brasileira desde 1994. Ou seja, tanto bancos estrangeiros quanto privados nacionais utilizaram-se do carregamento de títulos públicos como forma de auferirem grande parte de seus ganhos. Assim, apesar dos avanços observados nos últimos anos, será difícil alcançar os níveis internacionais de participação do estoque de crédito no PIB brasileiro sem antes reduzir as elevadas taxas de juros incidentes sobre títulos públicos federais que possibilitam ao setor bancário brasileiro expressiva rentabilidade com baixa assunção de riscos (Cintra, 2000).

Além da instabilidade macroeconômica, uma interpretação alternativa para o pouco avanço da oferta de crédito bancário no Brasil é apresentada por Soares (2001). Esse autor defende a hipótese de que o motivo para o não crescimento do crédito nos últimos anos está na adesão do Brasil ao Acordo da Basiléia em 1994 (Resolução nº 2.099),

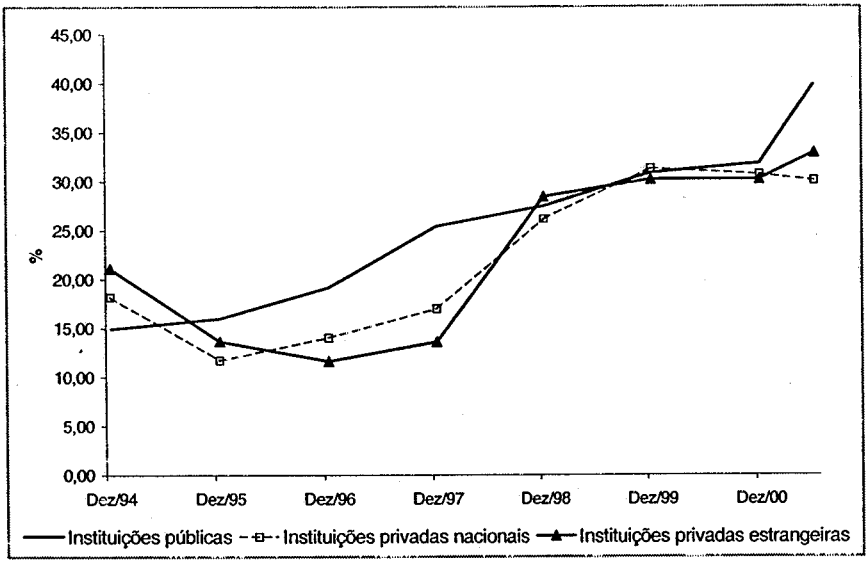
que impôs um maior nível de capitalização aos bancos com maior propensão ao risco, ou seja, que eles utilizassem mais recursos próprios (no mínimo 8%) para financiarem suas operações, ponderando essas em cinco diferentes classificações de risco[2]. Isso obrigou os bancos a tomarem duas opções: ou aumentavam seu capital ou alteravam sua estrutura operacional em favor de aplicações relativamente livres de risco, caso desejassem aumentar seus ativos sem terem a obrigação, como contrapartida, de ampliar sua conta de capital (Soares, 2001, p. 28). A questão é que o Banco Central determinou risco nulo (fator de ponderação 0%) para as aplicações em títulos públicos federais e risco normal (fator de ponderação 100%) para operações de empréstimos e financiamento, ou seja, para cada R$ 100 adicionais de operações de crédito, os bancos eram obrigados a ampliarem em oito reais seu patrimônio líquido. Em novembro de 1997, por meio da Circular nº 2.784, o Banco Central passou a exigir um maior nível de capitalização ao aumentar a razão capital-ativo de 8% para 11%, o que implicou redução do limite de crédito dos bancos. Conclui Soares (2001, p. 36-37) que essa política bancária seguida pelo Banco Central "empurrou" os bancos para aplicações em títulos públicos federais ao mesmo tempo em que desestimulou as operações de crédito. Ademais, é preciso ressaltar que o Banco Central promoveu de 1994 a 1997 três aumentos na razão capital-ativo mínima exigida, o que fez com que mesmo aquele banco "com folga para ampliar o crédito pode não ter se sentido seguro para ampliar essas operações, com receio do próximo limite" (Soares, 2001, p. 39).

Seja por efeito da instabilidade macroeconômica ou da regulação bancária, nada parece indicar que os bancos com controle estrangeiro comportaram-se de forma diferente àquela empreendida pelos bancos privados nacionais. Isto é, os seus controladores não optaram pela alternativa de ampliar o capital de suas subsidiárias brasileiras com o intuito de promover uma política mais agressiva de concessão de crédito no mercado. Preferiram a opção de aplicação de recursos nos ativos classificados com menor risco, quais sejam, títulos públicos federais, como mostrado nos gráficos 4 e 5. Aliás, até mesmo os bancos públicos assumiram a estratégia de ampliar a participação de títulos de

[2] O Acordo da Basiléia sugere "*i)* uma alavancagem de 12,5, ou seja, um capital mínimo de 8% em relação ao ativo total ponderado; e *ii)* cinco categorias de risco para os ativos – quais sejam: disponibilidades, títulos federais, aplicações em ouro, títulos dos governos estaduais e municipais, e créditos – com, respectivamente, risco nulo, reduzido e risco normal, ou seja, ponderação de 0%, 10%, 20%, 50% e 100%" (Soares, 2001, p. 28-29).

dívida em seu ativo. Fizeram isso a tal ponto que, em dezembro de 2000, os bancos privados nacionais passaram a ter proporcionalmente mais crédito em sua carteira que os bancos públicos.

Gráfico 4: Proporção de Títulos e Valores Mobiliários nos Ativos Operacionais



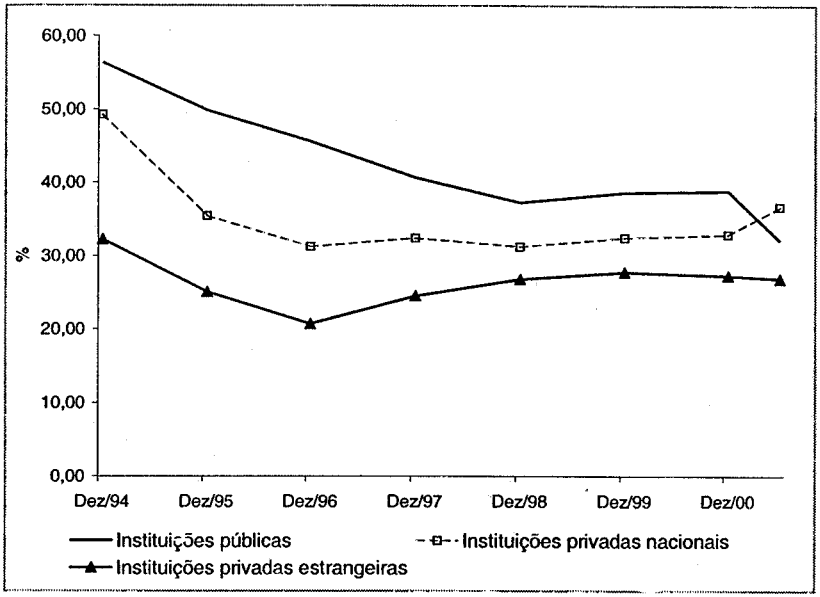
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

Portanto, a saída para ampliar "a oferta de crédito total, de maneira a elevar a relação crédito-PIB, e o aumento mais que proporcional dos créditos concedidos aos setores produtivos e às pequenas empresas" (Soares, 2001, p. 40) passaria pela alteração da atual política bancária seguida pelo Banco Central, que impôs sobre os bancos brasileiros critérios mais rigorosos que os sugeridos pelo Acordo da Basiléia[3]. Envolveria também a redução das taxas de juros pagas pelos títulos públicos federais. O problema é que ambos os "caminhos" estão relacionados às condições de financiamento e à magnitude da dívida pública. Enquanto o governo brasileiro não conseguir melhorar as condi-

[3] Propõe Soares (2001, p. 40-43) que a condição necessária para aumentar o crédito é o aumento da alavancagem permitida aos bancos (hoje limitada a 9,09), somada a medidas – tais como ponderação do risco de juros dos créditos, imposição de limites à carteira de títulos públicos dos bancos e redução da ponderação de risco de créditos de pequeno valor – que estimulem o direcionamento do crédito para atividades produtivas.

ções de rolagem de sua dívida mobiliária, tanto em termos de custo e montante quanto de prazos, precisará continuar assegurando mercados cativos para ela, o que o obrigará a manter taxas de juros em patamares muito superiores aos praticados nas economias mais maduras e/ou a estabelecer normas operacionais e supostamente prudenciais capazes de canalizar os recursos bancários para os seus títulos de dívida.

Gráfico 5: Proporção das Operações de Crédito no Ativo Operacional



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

2.1 Posicionamento frente ao risco

Outro aspecto a merecer atenção na avaliação do efeito sobre o crédito da entrada e ampliação da participação de bancos com controle estrangeiro no país é a do fenômeno "cereja do bolo" (*cherry-picking*), isto é, se esses bancos teriam uma postura mais conservadora na concessão de crédito, quando em comparação com os nacionais. No intuito de inferir algo sobre essa questão, analisam-se as distribuições dos créditos, a partir dos balanços de junho de 2000 e 2001 dos dezenove maiores grupos bancários por ativos em atuação no Brasil, de acordo com a sua classificação de risco – em ordem crescente de risco, AA, A,

B, C, D, E, F, G e H[4]. Segui-se um ordenamento entre os grupos bancários de acordo com os percentuais distribuídos nas nove classificações de risco ponderados de nove a um, ou seja, o percentual de crédito classificado como AA recebeu peso nove, A peso oito, B peso sete e assim sucessivamente. Portanto, quanto maior o valor encontrado, menor é o risco da carteira de crédito do banco, isto é, melhor a sua carteira de crédito.

Tabela 1: Classificação do Risco das Carteiras de Crédito dos 19 Maiores Grupos Bancário Atuantes no Brasil

	Jun/01	Jun/00	
1) VOTORANTIM**	8,47	8,74	(2)
2) SAFRA**	8,43	8,42	(5)
3) HSBC***	8,37	8,52	(4)
4) MERCANTIL**	8,16	8,65	(3)
5) BILBAO VIZCAYA***	8,05	7,47	(10)
6) BBA-CREDITANSTALT**	8,00	8,06	(6)
7) CITIBANK***	7,96	7,82	(7)
8) BANKBOSTON***	7,92	8,82	(1)
9) UNIBANCO**	7,65	7,73	(8)
10) BANCO DO BRASIL*	7,56	6,16	(17)
11) ABN AMRO***	7,50	7,60	(9)
12) BRADESCO**	7,37	7,26	(12)
13) LLOYDS***	7,37	7,15	(13)
14) ITAÚ**	7,35	7,34	(11)
15) SANTANDER BR***	7,15	7,10	(14)
16) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL*	6,96	6,77	(15)
17) BNB*	6,76	6,67	(16)
18) NOSSA CAIXA*	6,29	5,90	(19)
19) BANRISUL*	6,01	6,16	(18)

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados dos balanços dos bancos.
[1] Classificação obtida via média ponderada dos percentuais aplicados nas modalidades AA, A, B, C, D, E, F, G e H, considerando, respectivamente, os pesos 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1.
[2] Os valores entre parênteses indicam a classificação da instituição em junho de 2000.
* instituição pública; ** instituição privada nacional; *** instituição privada estrangeira.

[4] Os créditos classificados de AA até C são equivalentes aos créditos considerados de risco normal, captando não apenas o atraso de até 60 dias, mas também o risco que seria percebido a partir de análise econômico-financeira; de D até G tem-se o equivalente ao crédito de risco ampliado 1, que capta tanto o atraso de 60 a 180 dias, com garantias suficientes, quanto também o risco que seria percebido a partir de análise econômico-financeira; por fim, há o classificado como H, equivalente ao crédito de risco ampliado 2, composto com créditos em liquidação, deduzidas as rendas apropriadas após os 60 dias de atraso e ajustadas de modo a captar não apenas o atraso de mais de 60 dias, sem garantias suficientes, ou de mais de 180 dias, mas também o risco que seria percebido a partir de análise econômico-financeira.

A avaliação dos dados da tabela 1 mostra que não há evidências fortes de que os bancos com controle estrangeiro sejam mais avessos ao risco de crédito do que os bancos privados nacionais, isto é, sejam mais conservadores nas suas decisões de concessão de empréstimos e financiamentos. Dos dez bancos com as carteiras de crédito com melhor classificação de risco de crédito, cinco são privados nacionais (embora o BBA Creditanstalt tenha significativa participação estrangeira), quatro possuem controle estrangeiro e um é público. Apenas o grupo bancos públicos parece ter a característica de assumir maior risco nas suas operações de crédito, pois, dos cinco integrantes públicos da amostra, quatro ficaram com as últimas posições. Esse resultado já deveria ser esperado, uma vez que os bancos públicos são tradicionalmente mais lenientes para conceder crédito. Todavia, deve-se deixar aberta a possibilidade de essa classificação estar refletindo também, ou tão-somente, a capacidade de os bancos analisarem através de sistemas eficientes as demandas por crédito que chegam até eles[5].

Como os créditos classificados de D a G são considerados em atraso e os de H em liquidação, os resultados acima apresentados também estão comparando os níveis de inadimplência entre os bancos. Assim, é possível concluir que os bancos públicos apresentam maior volume de inadimplência e que não existe diferença significativa nesse aspecto entre o grupo dos principais bancos privados nacionais e o dos principais bancos com controle estrangeiro. Estes dados confirmam as análises de Cardim de Carvalho (2001) para o Brasil e de Goldberg *et al.* (2000) para Argentina e México de que a origem da propriedade não é um bom critério para classificar o desempenho das instituições bancárias.

Em geral, os dados apresentados nesta seção parecem indicar que tanto a relação crédito bancário/PIB quanto a aversão ao risco das instituições bancárias refletem muito mais as condições do ambiente econômico anterior à reestruturação (as características institucionais do mercado de títulos públicos, a "especialização" dos bancos públicos em créditos de prazos mais longos e condições mais favoráveis ao tomador), do que a reestruturação em si. Este aspecto é favorável aos resultados apontados por uma parte da literatura internacional que

[5] Uma outra forma de mensurar a aversão ao risco dos agentes é pela extensão dos *spreads* das operações de crédito. Uma avaliação desta natureza poderia apontar também a eficiência das instituições no gerenciamento das carteiras de crédito, como a pesquisa realizada por Stanton (2002) com dados de um grande banco canadense. Contudo, o fato de aquele trabalho limitar-se à análise de apenas uma instituição já mostra a complexidade e a dificuldade de acesso a dados com baixo nível de agregação.

destaca a importância das condições específicas a cada sistema bancário nacional na explicação da variedade de impactos da reestruturação bancária (Kumbhakar *et al.*, 2001; Montinola e Moreno, 2001; Stanton, 2002).

3 Indicadores Operacionais e de Eficiência

A literatura sobre os impactos da reestruturação bancária sobre a eficiência dos agentes é extensa. Em uma ampla pesquisa bibliográfica Berger *et al.* (1999) classificam as análises como *estáticas* (se registram efeitos num dado momento do tempo, freqüentemente pela construção de indicadores complexos envolvendo técnicas econométricas e de programação linear) e *dinâmicas* (se comparam a evolução dos indicadores ao longo do tempo). O objetivo desta seção é misto: por um lado, pretende-se fazer uma análise dinâmica (evolução no período 1994-2000) a partir de alguns indicadores operacionais básicos; por outro, apontam-se as prováveis causas destes resultados.

Antes de analisar os indicadores, é oportuno explicitar uma cautela metodológica necessária, apontada por Costa (2000). Certos estudos e análises comumente divulgados na imprensa enquadram instituições bancárias de diferentes portes e perfis num mesmo grupo utilizando-se apenas de um critério – no caso, nacionalidade do controlador ou se ele é privado ou público. Tais avaliações correm o risco de comprometer a análise por estar deixando de lado outras variáveis tão ou mais importantes que a nacionalidade do controlador. Ao se considerar cento e vinte seis bancos nacionais privados em um mesmo grupo está-se tratando como "iguais" bancos como Bradesco (R$ 64 bilhões de ativo total e R$ 34 bilhões em depósitos, em dezembro de 2000, e com mais de duas mil quinhentas agências por todo o país) e Hexabanco (R$ 17 milhões em ativo e R$ 11 milhões de depósitos, sendo concentrado em São Paulo). Da mesma forma, é preciso ressaltar que o grupo de bancos privados nacionais apresenta uma dispersão de tamanho e perfil muito maior do que aquela observada tanto no grupo dos bancos públicos quanto, principalmente, no dos bancos com controle estrangeiro. Aliás, neste último grupo estão incluídos grandes bancos mundiais que trabalham com tecnologias e sistemas inacessíveis aos pequenos bancos privados nacionais.

Assim, com o intuito de realizar uma comparação mais "justa" de diversos indicadores entre os subgrupos, foram considerados apenas

aqueles grupos bancários[6] presentes em setembro de 2001 na lista dos dezenove maiores por ativos e que continuaram até janeiro de 2002 como instituições independentes – por esse critério retirou-se o banco Mercantil de São Paulo, comprado pelo Bradesco em janeiro de 2002, da amostra. Ainda assim é necessário ressaltar as diferenças de porte e perfil dentro de cada grupo. Entre os privados nacionais, por exemplo, estão incluídos tanto grupos bancários com atuação focada no varejo – Bradesco, Itaú e Unibanco – quanto aqueles concentrados nas áreas de investimentos, *corporate banking* e *private banking* – BBA Creditanstalt, Votorantin e Safra. Também no grupo bancos com controle estrangeiro são encontradas disparidades de perfil, pois enquanto Santader, BBV, ABN Amro e HSBC operam com grande número de clientes e agências, BankBoston e Citibank atuam mais nos segmentos de *private banking* e de atacado e negócios e o Llyods na área de financiamento pessoal – financeira Losango. Entre os bancos públicos, destacam-se além das diferenças de porte entre Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e os demais, o fato de essas duas instituições terem uma base de atuação nacional, enquanto os demais são bancos regionais.

Para os bancos selecionados são apresentados cinco indicadores operacionais: grau de alavancagem, rentabiiidade patrimonial, margem líquida, geração de receita dos ativos operacionais e razão custo-receitas. A literatura recente (Berger e Humphrey, 1997; Berger e Mester, 1999; Kumbhakar *et al.*, 2001) tem apontado a superioridade dos indicadores de eficiência que hierarquizam os agentes de acordo com a geração de lucro, em relação aos indicadores que os hierarquizam de acordo com a redução de custo. Isto se deve em parte às técnicas utilizadas para estimar a fronteira de possibilidades de produção contra a qual o desempenho dos agentes é avaliado, na qual as variáveis de custo entram ora como insumo, ora como produto. Assim, entre os indicadores utilizados três referem-se à geração de lucro ("maximização do valor", em linguagem técnica) e um à redução de custos. O grau de alavancagem é mais ambíguo como indicador de eficiência: por um lado, pode sinalizar baixa eficiência por parte de gestores "conservadores" e, por outro, pode sinalizar baixa eficiência na avaliação de risco por parte de gestores "agressivos"; neste caso, a avaliação precisa ser

[6] Utiliza-se o conceito de grupo bancário em razão de os indicadores terem sido construídos a partir de dados dos balanços consolidas dos conglomerados. Ademais, os dados contábeis apresentados no Sisbacen para, por exemplo, o conglomerado HSBC, antes de 1997, são os referentes ao Bamerindus, da mesma forma que os anteriores a 1998, do conglomerado BBV, são os do Excel-Econômico, etc.

ponderada por outras considerações, como a solidez financeira da instituição e a qualidade de sua carteira de crédito.

3.1 Grau de Alavancagem

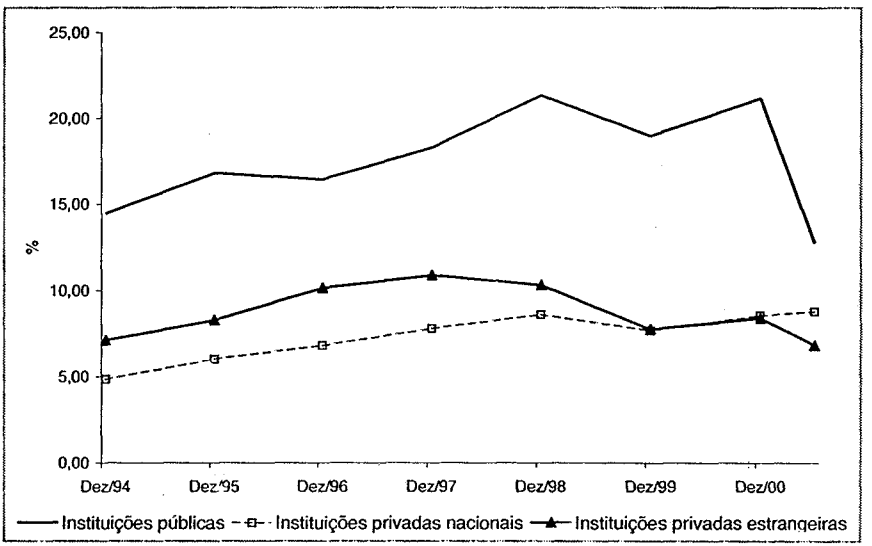
O primeiro indicador apresentado é o de grau de alavancagem, medido através da proporção do passivo total menos patrimônio líquido em relação ao patrimônio líquido. Ele expressa a capacidade da instituição em "girar" mais dinheiro sem ter que aumentar na mesma proporção o seu capital próprio, ou seja, sua capacidade de alavancar posições ativas com recursos de terceiros. Quanto mais alto o grau de alavancagem, maior o risco de liquidez assumido pela instituição. Assim, um maior grau de alavancagem sugere uma instituição com menor aversão ao risco, mas também mais sujeita à insolvência, caso o valor de seus ativos caia intensa e abruptamente.

O gráfico 6 mostra que os graus de alavancagem para o grupo bancos públicos são superiores aos encontrados para os grupos bancos com controle estrangeiro e privados nacionais, ao longo de todo período. Ademais, o grau de alavancagem média dos bancos públicos apresenta crescimento até dezembro de 2000, caindo em junho de 2001, principalmente pela redução do grau de alavancagem da Caixa Econômica Federal.

Entre 1994 e 1997, nota-se um aumento do grau de alavancagem nos três grupos. Todavia, a partir desse último ano e de 1998, os grupos de estrangeiros e nacionais, respectivamente, reduzem seus níveis de alavancagem. Várias explicações podem ser dadas para isso e, possivelmente, todas com algum peso. Em primeiro lugar, pode ter influenciado a deterioração do quadro macroeconômico brasileiro, com a crise asiática, em 1997, e russa, em 1998, que fez os bancos, em especial estrangeiros, assumirem posições mais conservadoras no País, entre outras razões pelo aumento do temor de que os ativos denominados em moeda nacional perdessem valor em dólar. Segundo, foi em 1997 e 1998 que vários bancos passaram para o controle das instituições estrangeiras aqui analisadas, quando ocorreram aportes de capital e seguiram-se períodos de tomada de conhecimento do banco adquirido, obrigando os compradores a serem mais conservadores em termos operacionais. Terceiro, em função de o Banco Central ter em 1997 passado a exigir dos bancos maior razão capital-ativo (de 0,08 para 0,10 e 0,11 ao longo daquele ano) e, portanto, reduzido a capacidade de alavancagem destes.

Analisando-se individualmente cada banco, vê-se que a redução do grau médio de alavancagem do grupo de bancos com controle estrangeiro ocorreu, de 1997 para 1998, pela redução dos graus do Citibank e BankBoston – favorável à primeira explicação: bancos estrangeiros mais conservadores em períodos de crises – e, de 1998 para 1999, pela diminuição da alavancagem do ABN Amro-Real – favorável à segunda explicação. Por sua vez, o comportamento observado nos outros dois grupos desfavorece a explicação dada pelo aumento da relação capital-ativo, pois nem a média de alavancagem dos bancos públicos nem a dos privados nacionais caíram de 1997 para 1998.

Gráfico 6: Evolução dos Graus de Alavancagem



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

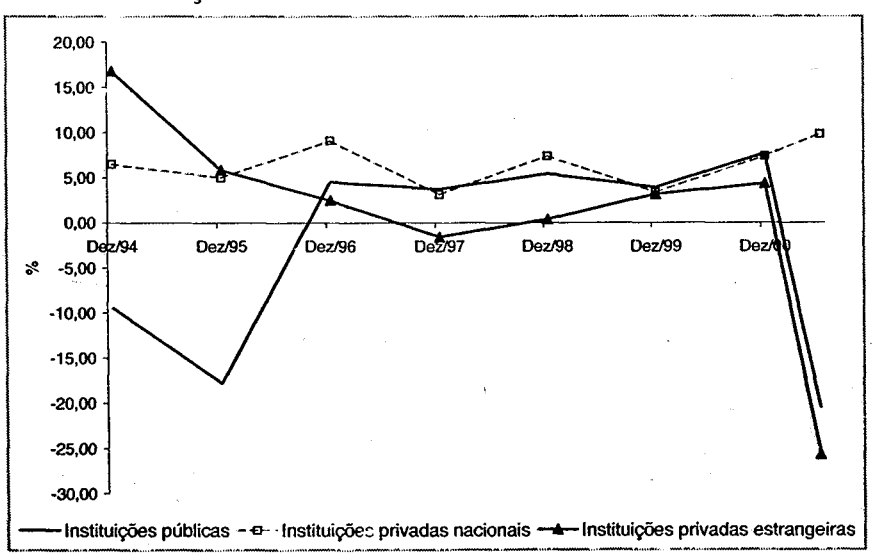
Por fim, destaca-se o crescimento ao longo de quase todo o período do grau médio de alavancagem dos bancos privados nacionais. Em termos desagregados, percebe-se que o Bradesco é o que mais aumenta nesse quesito. A combinação de carteiras com empréstimos mais seguros (conforme seção anterior) e graus de alavancagem mais elevados, por parte dos três maiores bancos privados nacionais, foi interpretada por Cardim de Carvalho (2001, p. 24-25) como uma evidência do controle do mercado por essas instituições, que têm maior capacidade de diversificar sua carteira de empréstimos.

3.2 Rentabilidade Patrimonial

O segundo indicador apresentado é o de rentabilidade patrimonial, calculado pela proporção do lucro líquido sobre o patrimônio líquido. Esse indicador constitui-se em uma forma de avaliar a rentabilidade e a taxa de retorno para os acionistas da instituição bancária, ou seja, a capacidade que a instituição tem de, administrando seus ativos e passivos, gerar renda para os proprietários de seu capital.

Os dados apresentados no gráfico 7 indicam: 1) que os bancos privados nacionais vêm apresentando desde 1995 a mais alta taxa média de rentabilidade patrimonial, e conseguiram chegar ao final do período analisado (junho de 2001) com rentabilidade mais alta que a observada em dezembro de 1994; 2) uma trajetória de redução da rentabilidade dos bancos estrangeiros até 1997, quando se inverte e sobe até dezembro de 2000; e 3) a melhora da rentabilidade média dos bancos públicos. O desempenho favorável do grupo bancos privados nacionais deve-se principalmente pela evolução do índice de rentabilidade dos seus três maiores integrantes, Bradesco, Itaú e Unibanco. Graças a eles, a rentabilidade do grupo subiu mesmo com a queda significativa na rentabilidade patrimonial dos bancos Safra e BBA Creditanstalt ao longo do período.

Gráfico 7: Evolução dos Índices de Rentabilidade Patrimonial



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sisbacen.

Destaque-se ainda o bom desempenho do banco Itaú desde 1998. Como se pode intuir, a rentabilidade patrimonial negativa observada para os grupos de bancos públicos e de controle estrangeiro em junho de 2001 ocorreu devido aos prejuízos contabilizados por Caixa Econômica Federal e Santander, respectivamente[7]. Chama a atenção também os altos índices de rentabilidade patrimonial auferidos pelos bancos estrangeiros, e pelos bancos que seriam posteriormente adquiridos por eles, em 1994, bem como a pouca melhora e mesmo, em alguns casos, piora dos índices de rentabilidade patrimonial quando as instituições bancárias passaram para as mãos de seus controladores estrangeiros. Esse comportamento vem incomodando as matrizes dos bancos que realizaram altos investimentos no Brasil nos últimos cinco anos. Alguns, no final de 2001 e começo de 2002, já davam sinais de que poderiam vir a sair do mercado bancário brasileiro (Dovkants, 2002).

As prováveis explicações para o diferencial de rentabilidade entre bancos estrangeiros e nacionais são: por um lado, a relativa competitividade dos bancos nacionais, privados e públicos, em sistemas de automação bancária, sendo os pioneiros na introdução do *internet banking* (*The New York Times*, 25/03/01), ponto a ser discutido abaixo, na subseção relativa à redução de custos; por outro, deve-se às dificuldades da reestruturação dos bancos adquiridos por alguns grupos estrangeiros (como o Santader e o Bilbao Vyscaya). Por fim, os altos índices de rentabilidade patrimonial apresentados pelos grupos BankBoston e Citibank em junho de 2001 devem-se, em grande parte, à legislação bancária de seu país de origem, os Estados Unidos, que determinam que as instituições financeiras atuantes no exterior têm a obrigação de manter seu capital protegido de variações cambiais. Assim, como o real sofreu forte depreciação frente ao dólar no primeiro semestre de 2001, BankBoston e Citibank auferiram elevados ganhos com suas posições de *hedge*.

3.3 Margem Líquida

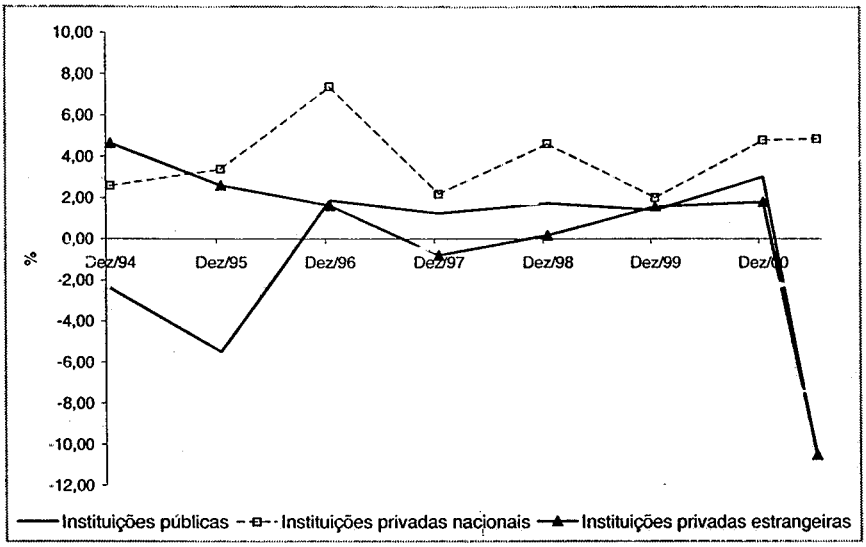
O terceiro indicador é o índice de margem líquida, correspondente à proporção entre lucro líquido e receitas. Ele é um indicativo de quão bem-sucedida foi a administração da instituição bancária no pro-

[7] Em quase todos os índices, os resultados da Caixa Econômica Federal e do Santander no primeiro semestre de 2001 irão afetar as médias dos seus respectivos grupos. O primeiro, por ter elevado as provisões para créditos habitacionais; o segundo, pela aquisição do Banespa.

cesso de geração de seu lucro. É, portanto, uma maneira de medir a eficiência microeconômica da instituição bancária na prestação de seus diversos serviços financeiros.

O índice de margem líquida apresenta um comportamento muito semelhante ao de rentabilidade patrimonial e, tal qual o observado para esse, sinaliza os bancos privados nacionais, mais uma vez, como detentores dos melhores resultados (gráfico 8). Note-se também a melhora ao longo do tempo da média dos bancos públicos e a queda da dos bancos com controle estrangeiro, bem como a contaminação dos resultados dos grupos bancos públicos e com controle estrangeiro pelos resultados da Caixa Econômica Federal e Santander, respectivamente. Em termos individuais, novamente o destaque é o Itaú. Desde dezembro de 1998, ele vem sistematicamente apresentando os melhores índices de margem líquida entre os 19 principais grupos bancários presentes no Brasil. Destaca-se também o maior esforço do Unibanco pela melhora neste critério de eficiência e, da mesma forma, um esforço relativamente menor do Bradesco.

Gráfico 8: Evolução dos Índices de Margem Líquida



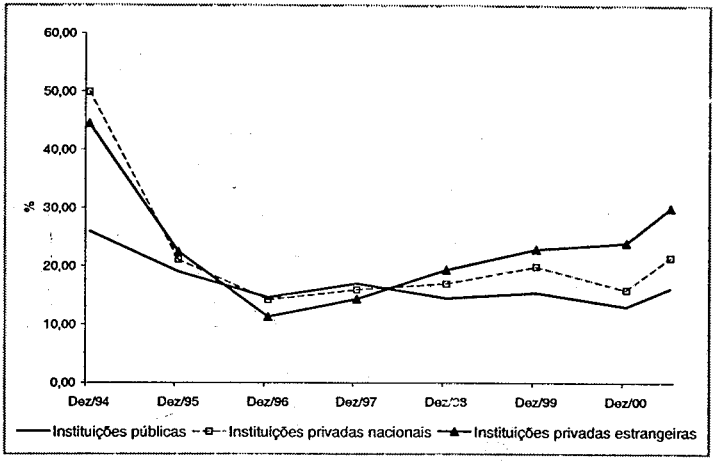
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Sisbacen.

3.4 Geração de Receita dos Ativos Operacionais

Um quarto índice relevante é o de geração de receitas dos ativos operacionais, representado pela proporção das receitas em relação aos ativos operacionais. Ele expressa assim os juros nominais médios recebidos pelos bancos em suas mais diversas operações de tesouraria, crédito e financiamento.

Como pode ser percebido no gráfico 9, há dois momentos distintos desse índice. De dezembro de 1994 a dezembro de 1996, ele apresenta uma tendência de queda; porém, a partir de dezembro de 1997, a tendência passa a ser de elevação, especialmente para o grupo bancos privados nacionais. Isso deve refletir, em primeiro lugar, a elevação das taxas de juros e dos *spreads* bancários no período, mas pode apontar também uma mais eficiente e rentável utilização, especialmente aplicações de tesouraria, pelos bancos dos recursos por eles administrados. Tal hipótese encontra apoio quando se observam o grupo bancos com controle estrangeiro com o melhor desempenho e o grupo bancos públicos com o pior; o primeiro é composto de bancos com forte volume e vocação em operações de tesouraria, ao passo que o segundo, por bancos que tradicionalmente priorizam as operações de crédito. Ela é reforçada ao se analisar o salto nesse índice para a Caixa Econômica Federal no primeiro semestre de 2001. Como mostra Costa (2001), nessa época, a Caixa Econômica Federal passou por profundo processo de reestruturação patrimonial que implicou aumento de sua carteira de títulos (operações em tesouraria) e queda na carteira de crédito.

Gráfico 9: Evolução do Índice Geração de Receitas dos Ativos Operacionais



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sisbacen.

Esse resultado fornece evidências, mais uma vez, de que os bancos brasileiros, sejam privados nacionais ou com controle estrangeiro, retiram parte significativa de seus ganhos de operações de tesouraria, mais especificamente, do carregamento de grande volume de títulos públicos geradores de altas taxas de retorno ponderado pelo risco. Embora possam os bancos receber mais juros em operações de créditos e financiamento, eles preferem manter parte significativa dos seus ativos em títulos, pois esses geram uma receita com menor assunção de risco e demandam menores gastos para administrá-los em comparação aos necessários em operações de crédito e financiamento.

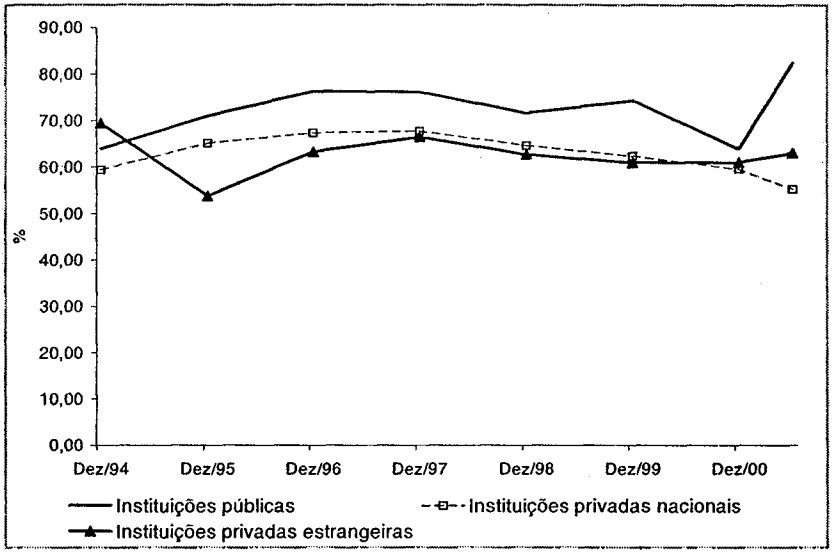
3.5 Razão Custo-Receitas

O quinto indicador é a proporção das despesas operacionais em relação ao somatório entre resultado bruto de intermediação financeira e receitas de serviços. Isto é, o índice de eficiência bancária aqui mostrado retrata quanto as instituições bancárias tiveram que assumir de despesas operacionais para gerarem suas receitas de intermediação financeira e de prestação de serviços. Obviamente, quanto maior o índice, menos eficiente mostra-se a instituição.

Mais uma vez, o grupo formado pelos bancos públicos apresenta o pior desempenho. Por seu turno, as diferenças de eficiência média entre o grupo bancos privados nacionais e o grupo com controle estrangeiro mostram-se muito mais estreitas do que as observadas nos outros índices (gráfico 10). Somente em dezembro de 2000 é que o grupo nacional passa a apresentar eficiência maior do que o grupo estrangeiro. Provavelmente refletindo os resultados da reestruturação bancária, nota-se que, desde 1997, há uma melhora, ano após ano, nos índices de eficiência bancária para todos os três grupos, só revertida em junho de 2001 pelo desempenho da Caixa Econômica Federal e do Santander, pelas razões acima explicadas.

Uma avaliação individual para cada grupo ou banco indica que todas as instituições da amostra apresentaram melhora no índice de eficiência, sejam elas públicas, privadas nacionais ou com controle estrangeiro. Entre os bancos públicos destacam-se o Banrisul e o BNB, esse último sendo o que mais avançou entre todas as instituições da amostra.

Gráfico 10: Evolução da Razão Custo-Receitas



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sisbacen.

Durante seus processos de crescimento e consolidação, os principais grupos bancários nacionais procuraram também aprofundar os investimentos em tecnologias e sistemas operacionais e de controle que aumentassem seus níveis de eficiência e rentabilidade, conforme apontado na literatura internacional (Claessens *et al.*, 2000; 2002) e nacional (Roselino e Gomes, 2000). Como pode-se depreender da análise, os bancos privados nacionais têm conseguido, nos últimos anos, alcançar índices tão bons ou superiores aos dos maiores bancos com controle estrangeiro. Todavia, ressalte-se a fase ainda de ajuste pela qual passam os bancos estrangeiros recém ingressos no mercado brasileiro de varejo bancário. Um quadro mais confiável para a realização de comparações, portanto, somente ocorrerá quando todos os bancos, nacionais e com controle estrangeiro tiverem processado suas últimas e mais importantes aquisições.

4 Considerações Finais

Embora o sistema bancário seja atualmente um lugar muito mais seguro para a guarda dos recursos monetários e financeiros dos agentes econômicos do que era há alguns anos, bem como ofereça uma gama mais ampla e sofisticada de produtos e serviços, ele continua

deficiente no cumprimento daquela que talvez seja sua mais importante função: o fornecimento de crédito. Mesmo com a redução das taxas de inflação, a internacionalização e consolidação do setor, o fortalecimento dos grandes bancos nacionais e a melhora dos sistemas de regulação e supervisão bancária, o nível de crédito ofertado no País está aquém do que se espera e se deseja.

Na dimensão microeconômica, parece que o ingresso de bancos estrangeiros representou pressão competitiva sobre os grandes bancos brasileiros, os quais, como mostrado por diversos meios, reagiram positivamente. Atualmente, Bradesco, Itaú e Unibanco alcançam resultados tão bons ou mesmo superiores aos de seus rivais estrangeiros instalados no Brasil. Embora a fase ainda de ajuste dos bancos estrangeiros e as possíveis nuances em termos de linhas de produtos e estratégias competitivas exijam que os dados sejam vistos com cautela, o fato é que eles confrontam com a "sabedoria convencional" que inadvertidamente postula uma eficiência superior de bancos estrangeiros nos países em desenvolvimento, ao contrário do que ocorreria nos países desenvolvidos (Berger *et al.* 2000, Guillén e Tschoegl, 1999). Pelo contrário, os dados apresentados aqui confirmam e adicionam evidências de que fatores como o ambiente prévio à entrada, as condições que os bancos estrangeiros encontram (e às quais, em graus variados, se adaptam, como apontou Corazza (2000)) e as diferentes estratégias contam mais que a nacionalidade do controlador na explicação do desempenho destes agentes (conforme as análises de Rocha (2002), Cardim de Carvalho (2001) e Goldberg *et al.* (2000)). *A fortiori*, estes resultados também confrontam com os dados comumente apresentados na imprensa de que os bancos estrangeiros são muito mais eficientes que os nacionais, sem uma reflexão mais detida. O problema, como observado no texto, está em se comparar grupos de bancos tendo como único critério a nacionalidade de seus controladores, a despeito da dispersão de tamanho e estratégias de bancos da *mesma* origem de capital.

Adicionalmente, os resultados aqui apresentados não permitem supor, até o momento, uma relação direta entre o aumento da eficiência microeconômica do setor e os impactos positivos na dimensão macroeconômica (como fazem, por exemplo, Peek e Rosegreen (2000)).

Referências Bibliográficas

BARROS, J. R. M.; LOYOLA, G. J. L.; BOGDANSKI, J. *Reestruturação do Sistema Financeiro.* Brasília. Banco Central do Brasil (mimeo), 1998.

BARROS, J. R. M.; ALMEIDA JÚNIOR, M. F. *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil.* Brasília. Ministério da Fazenda, Secretária de Política Econômica (mimeo), 1997.

BHATTACHARYA, J. *The Role of Foreign Banks in Developing Countries: a survey of the evidence.* Cornell University, Department of Economics (mimeo), 1993.

BERGER, A. N.; De YOUNG, R.; GENAY, H.; UDELL, G. F. "Globalization of Financial Institutions: evidence from cross-border banking performance". *Finance and Economics Discussion Series*, nº 2000-4, Washington: Federal Reserve Board, January 2000.

BERGER, A. N.; DEMSETZ, R. S.; STRAHAN, P. E. "The consolidation of financial services industry: causes, consequences and implications for the future". *Journal of Banking and Finance*, vol. 23, n.2-3, p. 135-194, February-March 1999.

BERGER, A. N.; MESTER, L. J. "What Explains the Dramatic Changes in Costs and Profit Performance of the U.S. Banking Industry?" *Federal Reserve Bank of Philadelphia Working Paper*, nº 99-1, 1999.

BERGER, A. N.; HUMPREY, D. B. "Efficiency of Financial Institutions: International Survey and Directions for Future Research". *European Journal of Operational Research*, v. 98, n. 2, p. 175-212, 1997.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. "The Recent Expansion of Foreign Banks in Brazil: first results". University of Oxford, *Centre for Brazilian Studies Working Paper*, nº 18-01, March 2001.

CERQUEIRA, D. R. C. "Créditos e inadimplência no Sistema Financeiro Nacional: evolução recente". *Boletim Conjuntural*, nº 42. Brasília. Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, junho de 1998.

CETORELLI, N.; CAMBERA, M. "Banking Market Structure, Financial Dependence and Growth: International Evidence from Industry Data". *The Wharton Financial Institutions Center Working Paper*, nº 00-19, The Wharton Scholl – University of Pennsylvania, 1999.

CINTRA, M. A. M. "Sistema financeiro". São Paulo, *Indicadores DIESP*, nº 79, São Paulo, julho/agosto de 2000.

CLAESSENS, S.; GLAESSNER, T.; KLINGEBIEL, D. "Eletronic Finance: a new approach to financial sector development?" *World Bank Discussion Paper*, nº 431, Washington: World Bank, March 2002.

CLAESSENS, S.; GLAESSNER, T.; KLINGEBIEL, D. "Eletronic Finance: reshaping the financial landscape around the world". *Financial Sector Discussion Paper*, nº 4, Washington: World Bank, 2000.

CLAESSENS, S.; GLAESSNER, T. "Internationalization of Financial Services in Asia". *World Bank Policy Research Working Paper*, nº 1918. Washington, D.C.: World Bank, 1998.

CLAESSENS, S.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; HUIZINGA, H. "How Does Foreign Entry Affect the Domestic Banking Market?" *Policy Research Working Paper* 1911, Washington: World Bank, 1998.

CLARKE, G.; CULL, R.; D'AMATO, L.; MOLINARI, A. "The Effects of Foreign Entry on Argentina's Domestic Banking Sector". *Policy Research Working Paper* 2158, Washington: World Bank, 1999.

CORAZZA, G. "Crise e Reestruturação Bancária no Brasil". *XXVIII Encontro Nacional de Economia* (ANPEC), Campinas, 12 a 15 de dezembro de 2000.

COSTA, F. N. "Antes e depois da reestruturação". *Folha de São Paulo*, p. B-2, 15 de outubro de 2001.

_____. *Por Uma Alternativa Para A Reorientação Estratégica Das Instituições Financeiras Públicas Federais (Uma Crítica Construtiva ao Relatório Booz, Allen & Hamilton, submetido à audiência pública, São Paulo, FIPE-USP)*, mimeo, agosto de 2000.

CRYSTAL, J. S.; DAGES, G. B.; GOLDBERG, L. S. "Does Foreign Ownership contribute to Sounder Banks in Emerging Markets? The Latin American Experience". Paper presented at the Third Annual Financial Markets and Development Conference *Open Doors: foreign participation in financial systems in developing countries*. World Bank, International Monetary Fund and Brookings Insitution, New York, 19 a 21 de abril de 2001.

DOVKANTS, A. "Banco estrangeiro avalia os negócios no Brasil". *Gazeta Mercantil*, 23 de janeiro de 2002, p. B-5.

GAZETA MERCANTIL. "Regras devem aumentar operações de empréstimos". p. B-2, 14 de setembro de 1999a.

_____. "Governo anuncia medidas para baratear o crédito". p. B-1, 15 de outubro de 1999b.

GOLDBERG, L. S.; DAGES, B. G.; KINNEY, D. "Foreign and domestic bank participation in emerging markets: Lessons from Mexico and Argentina". *NBER Working Paper*, nº 7714. National Bureau of Economic Research, 2000.

GUILLÉN, M. F.; TSCHOEGL, A. E. "At Last the Internationalization of Retail Banking? The Case of the Spanish Banks in Latin America". *The Wharton Financial Institutions Center Working Paper*, nº 99-41. The Wharton School ¾ University of Pennsylvania, 1999.

KONO, M.; SCHUKNECHT, L. *Financial Services Trade, Capital Flows, and Financial Stability*. World Trade Organization – Economic Research and Analysis Division. Geneva: WTO, November 1998.

KUMBHAKAR, S. C.; LOZANO-VIVAS, A.; LOVEL, C. A. K.; HASAN, I. "The Effects of Deregulation on the Performance of Financial Institutions: the case of Spanish savings banks". *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 33, nº 1, p. 101-120, February 2001.

LEVINE, R. "Financial development and economic growth". *Journal of Economic Literature*, v. 35, nº 2, June 1997.

_____. "Foreign banks, financial development, and economic growth". *In*: BARFIELD, C. E. (ed.), *International Financial Markets: Harmonization versus Competition*. Washington. The AEI Press, 1996.

MATHIESON, D. J.; ROLDOS, J. "The Role of Foreign Banks in Emerging Markets". Paper presented at the Third Annual Financial Markets and Development Conference *Open Doors: foreign participation in financial systems in developing countries*. World Bank, International Monetary Fund and Brookings Insitution, New York, 19 a 21 de abril de 2001.

MONTINOLA, G.; MORENO, R. "The Political Economy of Foreign Bank Entry and its Impact: theory and a case study". *Centre for Pacific Basin Monetary and Economic Studies Working Paper* PB01-11, Federal Reserve Bank of San Francisco, October 2001.

MOURA, A. Palestra. *In*: CYSNE, Rubens Penha (ed.). *Anais do IV Encontro Nacional sobre Mercados Financeiros, Política Monetária e Política Cambial*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PAULA, L. F. R.; ALVES Jr., A.; MARQUES, M. B. L.. *Ajuste Patrimonial e Padrão de Rentabilidade dos Bancos Privados no Brasil durante o Plano Real*. Grupo de Estudos da Moeda e Sistemas Financeiros da UFRJ. Rio de Janeiro (mimeo), 1999.

PEEK, J.; ROSENGREEN, E. S. "Implications of the Globalization of the Banking Sector: the latin american experience". *New England Economic Review*, p. 45-62, Septeember/October 2000.

PINTO, C. "O salto no crédito e seus perigos". *Folha de São Paulo*, p. A-7, 31 de agosto de 2000.

PUGA, F. P. "Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial". *Textos de Discussão BNDES*, nº 68. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

ROCHA, F. A. S. *Desnacionalização Bancária no Brasil (1997-2000)*. Campinas: IE-UNICAMP, Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica), mimeo, fevereiro de 2002.

ROSELINO JUNIOR, J. E. S.; GOMES, R. "Software e as Cadeias Produtivas Internacionalizadas". Relatório Final de Pesquisa do Projeto *Limites e Possibilidades do Brasil nas Configurações Produtivas Globalizadas* (Convênio Grupo de

Estudos em Economia Industrial – Unesp/Araraquara e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/Brasília), mimeo, abril de 2000.

SCHOLTENS, B. "Competition, Growth, and Performance in the Banking Industry". *The Wharton Financial Institutions Center Working Paper* 00-18. The Wharton School – University of Pennsylvania (versão preliminar), 2000.

SOARES, R. P. "Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação". *Texto para Discussão IPEA*, nº 808. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001.

STANTON, K. R. "Trends in Relationship Lending and Factors Afecting Relationship Lending Efficiency". *Journal of Banking and Finance*, v. 26, nº 2, p. 127-152, February 2002

TAMIRISA, N.; SORSA, P.; BANNISTER, G.; McDONALD, B.; WIECZOREK, J. "Trade Policy in Financial Services". *IMF Working Paper* WP/00/31. Washington, D.C.: International Monetary Fund, February 2000.

TAYLOR, R. "Private sector revolution". *The Banker*, p. 54-55, August 1998.

THE NEW YORK TIMES ON THE WEB. "Advanced Online Banking: born of necessity", March 25th 2001.